



GOIÁS: INSTITUIÇÕES SE UNEM EM PROL DO DESPORTO ESCOLAR

Representantes do CREF14/GO-TO, Federação Goiana do Desporto Escolar – FGDE, Federação Goiana do Desporto Universitário – FGDU, Delegacia da Federação Internacional de Educação Física – FIEP/GO, Sindicato dos Profissionais de Educação Física de Goiás – SINPEF/GO e Sindicato dos Professores de Goiás – SINPRO, União Goiana dos Estudantes Secundaristas – UGES e União Nacional dos Estudantes – UNE, reuniram-se com o presidente do Conselho Estadual de Educação – CEE, Prof. José Geraldo de Santana Oliveira, para discutir o desporto escolar em Goiás.

Foi relatado ao presidente do CEE sobre os problemas que passam o desporto escolar em Goiás: falta de estímulo nas escolas, falta de equipamentos e estruturas, falta de profissionais atualizados, falta de apoio governamental para realização e participação em eventos e outros. A intenção das entidades é de identificar as causas do problema e colaborar para que sejam superados e que seja garantido o direito dos estudantes goianos, dispostos na Constituição Federal de 1988 (Art. 127 e inciso II); Lei Federal 9615/98 – Lei Pelé (Art. 2 e inciso VIII; Lei Federal 9394/1996 – LDB (Art. 27 e inciso IV); Lei Federal 8.069/1990 – ECA (Art. 4º, Art. 6º, Art. 16 e Art. 71); Lei Federal 9696/98; Constituição Estadual (Art. 165, § 1º e inciso III, Art. 166 e inciso I e II); Lei Estadual 12.820 (Art. 2º); Lei Estadual 17.410/2011; Decreto Estadual 4.778/1997 (Art. 6º e inciso I e VIII).

Os representantes das entidades enfatizaram que o esporte, quando promovido por profissional habilitado em condições adequadas, é um instrumento de inclusão social, promoção da cidadania e saúde. O Presidente da FGDE ressaltou que o esporte tem uma linguagem universal, une os povos, é reconhecido e fomentado tanto nos países capitalista como nos países socialistas.

O Presidente do CEE após receber as demandas apresentadas, comprometeu-se em organizar uma reunião entre os órgãos competente estadual e municipal responsáveis pelo esporte, lazer e educação, as entidades ali presentes e o Ministério Público para buscarem soluções para o fomento do desporto escolar no Estado.

